

TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES-MARI (PB)

*Kamila Karine dos Santos Wanderley**, *Patrícia Cristina de Aragão***,

*Severino Bezerra da Silva****

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória de luta, resistência e desenvolvimento de uma abordagem educativa crítica na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares, localizada no assentamento Zumbi dos Palmares, no município de Mari (PB). Essa abordagem encontra sua fundamentação na Pedagogia do Movimento Sem Terra e na Educação do Campo. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com base na Pedagogia do Movimento Sem Terra e Educação do Campo, verificando a trajetória da educação crítica da escola investigada e visando compreender o contexto social do assentamento, ouvir narrativas dos moradores sobre luta e resistência, descrever uma Prática Educativa relacionada à Educação do Campo e analisar metodologias participativas. A pesquisa envolveu 17 estudantes do 5.º ano, a professora e moradores ligados à luta pela terra. A coleta de dados ocorreu no assentamento, destacando entrevistas com três moradores-chave, enriquecendo análises teóricas sobre identidade, memória, MST e Reforma Agrária. Como resultados e aspectos conclusivos, as análises demonstraram que as práticas educativas na Educação do Campo, baseadas na memória e

* Mestra em Formação de Professores pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/PPGFP). Professora substituta da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9528-5253>. Correio eletrônico: kamilakarinesw@hotmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento em História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5046-0916>. Correio eletrônico: patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br.

*** Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3062-6640>. Correio eletrônico: severinobsilva@uol.com.br.

história local, fortalecem a identidade das crianças camponesas, seguindo os princípios da Pedagogia do MST.

Palavras-chave: educação do campo; experiências escolares; MST; memória e história local; práticas educativas.

TRAJECTORY OF STRUGGLE AND RESISTANCE: EDUCATIONAL PRACTICES IN THE ZUMBI SETTLEMENT OF PALMARES-MARI/PB

ABSTRACT

This paper analyzes the trajectory of struggle, resistance, and the development of a critical educational approach at the Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares (City School of Infant and Elementary Education Zumbi dos Palmares), located in the Zumbi dos Palmares settlement, in the municipality of Mari, in Paraíba State. This approach finds its foundations in the Pedagogia do Movimento Sem Terra e Educação do Campo (Pedagogy of the Landless Movement and Rural Education). The research adopted a qualitative approach based on the given pedagogical practice, analyzing the trajectory of critical education of the investigated school. We also proceeded to understand the social context of the settlement, listen to residents' narratives about struggle and resistance, and describe an Educational Practice related to Rural Education, analyzing participatory methodologies. The research involved 17 5th-grade students, the teacher and residents linked to the struggle for land. We collected data in the settlement, highlighting interviews with three selected residents, enriching theoretical analyzes on identity, memory, MST (Movimento dos Sem Terra - Landless Movement) and Agrarian Reform. As results and conclusive aspects, the analysis showed that educational practices in Rural Education, based on memory and local history, strengthen the identity of peasant children, following the principles of MST Pedagogy.

Keywords: rural education; school experiences; MST; memory and local history; educational practices.

TRAYECTORIA DE LUCHA Y RESISTENCIA: PRACTICAS EDUCATIVAS EN EL ASENTAMIENTO ZUMBI DOS PALMARES-MARI/PB

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria de lucha, resistencia y desarrollo de un enfoque educativo crítico, en la Escuela Municipal de Educación Infantil y Primaria Zumbi dos Palmares, ubicada en el asentamiento Zumbi dos Palmares, en el municipio de Mari/PB. Este enfoque encuentra sus fundamentos en la Pedagogía del Movimiento de los Sin Tierra y en la Educación Rural. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, basado en la Pedagogía del Movimiento Sem Terra (MST) y Educação do Campo, analizando la trayectoria de educación crítica de la escuela investigada. Incluyendo, en mientras tanto, comprender el contexto social del asentamiento, escuchar los relatos de lucha y resistencia de los pobladores, describir una Práctica Educativa relacionada con la Educación Rural y analizar metodologías participativas. La investigación involucró a 17 estudiantes de 5º grado, la docente y pobladores vinculados a la lucha por la tierra. La recolección de datos se realizó en el asentamiento, destacándose entrevistas con tres pobladores clave, enriqueciendo los análisis teóricos sobre identidad, memoria, MST y Reforma Agraria. Como resultados y aspectos concluyentes, los análisis mostraron que las prácticas educativas en la Educación Rural, basadas en la memoria y en la historia local, fortalecen la identidad de los niños campesinos, siguiendo los principios de la Pedagogía del MST.

Palabras clave: educación rural; experiencias escolares; MST; memoria e historia local; prácticas educativas.

1 INTRODUÇÃO

É possível afirmar que a identidade dos Movimentos Sociais do Campo, na luta por uma Educação do Campo, é de resistência. De acordo com Caldart (2004), essa resistência está enraizada na história de formação dos sujeitos Sem Terra, com o objetivo de desenvolver uma pedagogia que reconheça, de maneira coletiva, a capacidade desses sujeitos de determinar seu próprio destino social e humano.

No âmbito educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seus princípios são fundamentados em matrizes pedagógicas. Uma dessas matrizes é a valorização da pedagogia da história, na qual a quinta matriz, especificamente, destaca a importância de contar e recontar o passado de luta, ações e resistência do Movimento. Isso tem o propósito de reavivar a memória coletiva dos Sem Terra e da sociedade em geral. O princípio de buscar a memória do MST é entrelaçado com uma abordagem pedagógica intencional que se baseia em cultivar a memória, com o objetivo de entender o passado e dar significado a uma continuidade coletiva, que é vivenciada por meio das experiências de luta (CALDART, 2004).

Dessa forma, este estudo tem como propósito analisar a trajetória de luta, resistência e desenvolvimento de uma abordagem educativa crítica na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares. Essa abordagem encontra sua fundamentação na Pedagogia do Movimento Sem Terra e na Educação do Campo. Os objetivos específicos deste estudo são os seguintes: a) compreender a contextura sócio-histórica do assentamento Zumbi dos Palmares-Mari (PB); b) detalhar as práticas educativas, destacando particularmente o enfoque na preservação da memória e da história local; c) investigar as narrativas dos membros da comunidade acerca da luta, resistência e relevância da escola.

Pergunta de pesquisa: de que forma as Práticas Educativas, embasadas na Pedagogia do Movimento Sem Terra e na Educação do Campo, podem contribuir para a construção de uma perspectiva crítica de educação e para a transformação da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares em uma instituição comprometida com a luta, resistência e educação no contexto do assentamento?

Este artigo não apenas desvenda uma parcela dos resultados da dissertação intitulada *Fazer e ensinar em História: memória e construção da Educação do Campo na Escola Municipal Zumbi dos Palmares-Mari (PB)*, mas também delinea um olhar sobre práticas educativas aplicadas no ensino de História, destacando a história local e a memória como elementos fundamentais. Esta pesquisa, defendida em 2017, teve como objetivo desenvolver propostas de metodologias participativas no ensino de História, com abordagem da história local e memória, a partir das experiências de formação da identidade social, da turma do 5.º ano da Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares, localizada no município de Mari (PB).

2 PERCURSO INVESTIGATIVO

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação¹ (BORDA, 1972; FLICK, 2004; NETO, 2008), fundada nas bases da Pedagogia do Movimento Sem Terra e da Educação do Campo, sob o propósito de analisar a trajetória de luta, resistência e construção de uma perspectiva crítica de educação na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares-Mari (PB).

Esta investigação delineou objetivos específicos que orientaram o estudo, incluindo a compreensão da realidade sócio-histórica do assentamento Zumbi dos Palmares-Mari (PB); a escuta das narrativas (CHARLOT, 2000; POLLAK, 1989) dos moradores sobre luta e resistência; a descrição das etapas da Sequência Didática, vinculada à Educação do Campo (COMILO; BRANDÃO, 2010; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005; REIS, 2008; SOUZA, 2011; VANTROBA, 2009) e a análise das metodologias participativas adotadas.

A abordagem metodológica adotada incorporou ainda princípios participativos, envolvendo ativamente 17 estudantes da turma do 5.º ano da escola. Todos as/os estudantes são filhos e filhas de agricultores residentes no assentamento. Além desses, também participaram da pesquisa a professora da turma e os moradores que fizeram parte do processo de luta pela terra no assentamento.

A pesquisa em questão seguiu etapas investigativas bem definidas, que garantiram a sua aplicabilidade. Um aspecto crucial desse estudo foi a abordagem das oficinas, nas quais uma série de ações foram cuidadosamente planejadas e executadas. Para contribuir com o desenvolvimento dessas atividades, utilizou-se, como base, o material proveniente do trabalho intitulado *Inventar com a diferença: cinema e direitos humanos* (MIGLIORIN *et al.*, 2014).

Por meio da colaboração dos estudantes da turma, a pesquisa se enriqueceu ao abordar as narrativas e depoimentos dos assentados. A coleta de dados foi realizada *in loco*, proporcionando relatos detalhados que veiculam a história e o contexto do assentamento. A análise enriqueceu-se ao incorporar referências teóricas que fundamentam reflexões sobre a identidade, a memória e a atuação do MST, bem como os temas de resistência e a luta pela Reforma Agrária.

¹ Pesquisa aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Certificado de apresentação para apreciação ética (CAAE) n.º 56368716.6.0000.5187. Campina Grande, 26 de maio de 2006.

Vale destacar que o estudo envolveu a entrevista de três moradores que desempenharam papéis significativos no processo de luta pela terra: iniciando com o Sr. Raimundo, de 74 anos, o articulador-chave durante a ocupação do Assentamento Zumbi dos Palmares; prosseguindo com a Sra. Gesonita, que compartilhou sua perspectiva como merendeira escolar, testemunhando e acompanhando todo o desenrolar da ocupação ao lado de seus filhos; concluindo com a Sra. Luíza, 68 anos, que partilhou sua vivência como acampada, trazendo uma dimensão essencial para todo o processo de luta, sendo hoje a rezadeira da comunidade.

É relevante ressaltar que todas as entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares, em Mari (PB), criando um ambiente familiar que encorajou uma troca autêntica. O processo de entrevista seguiu um roteiro que abordou uma pergunta por vez, dando espaço para os entrevistados se expressarem livremente. Perguntas sugestivas, ou que pudessem direcionar as respostas, foram conscientemente evitadas. Para assegurar a precisão das informações, foram utilizados gravadores e filmagens, seguidos pelo processo de transcrição. Em todos os momentos, a anotação simultânea ocorreu tanto no caderno de campo quanto em registros fotográficos, estes últimos realizados mediante a permissão dos participantes, garantindo um tratamento ético e respeitoso.

3 PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRABALHO COM A MEMÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL

A proposta insere-se na perspectiva da Educação do Campo. Nesta experiência de história local e memória, busca-se reafirmar a identidade da criança camponesa, assegurada nos princípios construídos na luta dentro do referido contexto. Além disso, o foco se dá por uma Educação do Campo que vise aos propósitos de afirmação dos sujeitos do campo e suas realidades sociais, tendo como protagonistas os Movimentos Sociais. A partir dos conceitos de identidade e memória, e da construção de uma Educação do Campo, as ações articulam o ensino da história local na aprendizagem das crianças do Assentamento Zumbi dos Palmares, na zona rural do município de Mari (PB).

Vale destacar que a escola *locus* da pesquisa foi construída a partir da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual se propõe a educar nos

princípios absorvidos no cotidiano, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento da memória local e da relação desta com a formação da identidade e resistência.

A experiência realizada, com metodologias participativas, no contexto da escola, é afirmada na relação que se faz entre a comunidade e a escola, a partir destes objetivos: estabelecer relação entre presente/passado; analisar fontes, utilizando diferentes formas de linguagem (texto escrito, audiovisual e metodologias participativas); identificar moradores que participaram do processo de luta do assentamento; refletir sobre o processo e os sujeitos envolvidos.

Desse modo, a escolha foi principalmente alicerçada nos princípios da Pedagogia do Movimento Sem Terra, tendo como base o seguinte entendimento:

Metodologia entendida como uma visão de mundo, metodologia como uma filosofia de mundo e de caminhos para a organização da sociedade, acompanhada de processos educativos e com práticas pedagógicas que possam orientar na perspectiva de recuperação da capacidade humana de pensar e de sentir, também. Isto, sem qualquer tipo de aprisionamento da perspectiva racional instrumental que reduz a dimensão sensitiva humana (NETO, 2008, p. 3).

Segundo Masetto (1997), a sala de aula deve ser encarada como um espaço de vivência. Quando os estudantes têm a oportunidade de estudar, debater e encontrar pistas relacionadas às questões de suas vidas e do grupo social ao qual pertencem, o processo de ensino se torna significativo. A abordagem ideal da sala de aula deve ser pautada na prática, ou seja, ensinar através da ação e da experiência direta.

Nesse caminho da educação dentro do MST, muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professores e alunos são companheiros e trabalham juntos (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005, p. 31).

A Pedagogia do Movimento Sem Terra defende que o ensino da leitura, escrita e interpretação não deve se limitar apenas ao papel, mas sim ser aplicado na realidade dos assentamentos. Nesse contexto, compreendemos que não é necessário "reinventar a roda", pois já existem experiências bem-sucedidas que servirão como norte. No entanto, é essencial conhecer as ferramentas e as melhores técnicas disponíveis para criar condições favoráveis nas escolas dos assentamentos, a fim de proporcionar um ambiente educacional adequado para as/os estudantes.

Diante do exposto, a condução das atividades foi guiada pelo seguinte questionamento: como a Escola Zumbi dos Palmares estabelece uma conexão com as/os moradores que participaram do processo de luta do assentamento e da própria escola? Essa abordagem foi fundamentada na observação das/os estudantes do 5.º ano da comunidade, ao perceberem a importância de estabelecer uma relação com o conhecimento produzido no próprio assentamento.

Os objetivos pretendidos nessa intervenção foram os seguintes: estabelecer a relação entre o presente e o passado; analisar fontes utilizando diferentes formas de linguagem (texto escrito, audiovisual e metodologias participativas); identificar moradores que participaram do processo de luta do assentamento; refletir sobre o processo e os sujeitos envolvidos.

Nesse contexto, apresentamos a síntese da Sequência Didática: história local e memória do assentamento Zumbi dos Palmares, inserido no conteúdo curricular interdisciplinar – comunidade, memória e história. O tempo de aula previsto foi de oito aulas de 50 minutos, organizado em quatro módulos interligados.

4 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: HISTÓRIA LOCAL E MEMÓRIA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

8

O ensino de história local se apresenta como ponto de partida para a aprendizagem histórica, em virtude da possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem. No que se refere ao ensino e aprendizagem da história local, Caimi (2010, p. 69) define que esta se configura como “[...] espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença”.

Como dito anteriormente, esta proposta de pesquisa trabalha com o ensino de história, memória e história local, no contexto da Pedagogia do Movimento Sem Terra. O MST, no entanto, construiu a sua própria pedagogia e seus princípios estão fundamentados em *matrizes pedagógicas*², que colaboram com o processo de ensino e aprendizagem. A terra tem múltiplos significados, sendo espaço de vida, produção, identidade e cultura. Dessa forma,

² “As matrizes pedagógicas podem ser simbolicamente consideradas em espaços, nos quais a prática dos professores é gestada. Conteúdos do mundo interno encontram-se com os do mundo externo e são por eles fecundados, originando o novo. A matriz, além de configurar-se como local de fecundação e gestação, também se apresenta como possibilidade de retorno em busca da regeneração e da transformação” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005, p. 51).

torna-se importante a retomada dessa discussão, no âmbito das experiências dos movimentos sociais populares do campo, com o propósito de mostrar seu protagonismo no terreno da Educação do Campo e da construção de espaços de valorização da história e memória dos assentados e acampados. Nesse sentido, Batista (2007, p. 19) orienta o seguinte:

[...] olhemos para história de formação deste novo sujeito social chamado Sem Terra, buscando enxergar nela uma pedagogia, ou seja, um modo de produzir gente, seres humanos que assumem coletivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino social e humano.

Construiu-se, assim, uma concepção de educação pautada na formação, baseada na realidade da luta pela terra, no trabalho e na produção, a partir dos princípios da cooperação e do trabalho coletivo e socialmente útil. É possível encontrar, no Dossiê MST Escola (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005), os principais documentos produzidos pelo MST, de 1990 a 2001, sobre a sua proposta de educação. Neste aspecto, para D'Agostine (2009, p. 115), “Construíram um planejamento curricular em todos os âmbitos, através de temas geradores, conteúdos socialmente úteis e na relação trabalho, produção e estudo, ou seja, na relação teoria e prática de forma orgânica e verdadeira”.

A pedagogia do MST propõe uma história transformadora e problematizadora. Nesse sentido, concordamos com Freire (1996, p. 11), sobre a educação ser ideológica e “[...] fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando”. Nesse cenário, a Pedagogia do Movimento Sem Terra aceita os riscos do desafio do novo, enquanto inovador, enriquecedor e rejeitando quaisquer formas de discriminação que separe as pessoas em raça e classes.

Desse modo, destacamos que, durante a execução da Sequência Didática, no Módulo 1 – discutindo o tema gerador, foi exibido o documentário chamado *Sem terrinha em movimento* (SEM TERRINHA..., 2015). Esse documentário, produzido pela Brigada de Audiovisual do MST, abordou a luta pela terra, os direitos das crianças e a participação delas no movimento. Após a exibição, as crianças foram questionadas sobre as semelhanças entre o que viram no vídeo e a realidade do assentamento. A história da comunidade, a luta pela terra e a conquista foram discutidas, mostrando que os estudantes já tinham algum conhecimento sobre a história local, transmitida por suas famílias e, às vezes, pela escola.

O uso de imagens e do documentário na metodologia se mostrou crucial para envolver os alunos e tornar o processo educativo mais dinâmico. A leitura de imagens e a

análise de filmes foram ressaltadas como práticas importantes em sala de aula. Isso porque assistir a filmes tem relevância cultural e educacional, comparável à leitura de obras literárias e filosóficas.

A experiência com o cinema na escola não está limitada a uma disciplina específica, pois a arte desafia a estrutura tradicional da escola. Nesse sentido, é de fundamental importância a prática da leitura de imagens e da análise de filmes em sala de aula, pois "[...] ver filmes é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas outras" (DUARTE, 2009, p. 16).

Posteriormente, os estudantes sugeriram nomes de pessoas da comunidade para compartilhar suas histórias. A gestora da escola ajudou a selecionar nomes mais acessíveis, resultando em dois homens e três mulheres indicados para relatar suas experiências.

Destacamos o Módulo 2 – Oficina de história local e memória: em busca de nossas raízes; ele consistiu em uma série de atividades práticas que levaram estudantes a conhecer a história e a memória de sua comunidade, utilizando a linguagem audiovisual como meio de expressão. Divididos em grupos, os participantes foram guiados por um tutor adulto, incluindo a professora da turma, estudantes de Pedagogia do Campo e uma pesquisadora.

A oficina utilizou o material do *Inventar com a diferença: cinema e direitos humanos* como base para as atividades fora da sala de aula. Esse material buscou promover a reflexão sobre cinema e direitos humanos na educação, enfatizando abordagens colaborativas e sensíveis às diferenças.

De acordo com Migliorin *et al.* (2014, p. 12), as propostas têm como foco o trabalho "[...] colaborativo, sem competição, atento ao outro, aberto às diferenças e aos modos de vida que constituem as comunidades". Os processos do cinema com a educação possibilitam a criação coletiva, com as singularidades de cada um. As atividades realizadas foram as seguintes:

Quadro 1 – Oficina de história local e memória: em busca de nossas raízes

Temas	Desenvolvimento
1. Histórias de objetos e sons ao redor	Os participantes entrevistaram uma pessoa ligada à luta da escola e investigaram objetos significativos para essa pessoa. Além disso, pesquisaram e gravaram sons diversos da comunidade. O foco estava na valorização da memória e na pesquisa de sons que compõem a vida na comunidade.
2. Molduras e máscaras	Os estudantes usaram molduras de papel para enquadrar imagens do cotidiano. Eles visitaram casas de vizinhos e parentes, registrando suas perspectivas e respostas a perguntas específicas. Essa atividade visava re-imaginar a maneira como vemos o entorno e a entender diferentes perspectivas.
3. Volta ao quarteirão	Os participantes tiraram fotos do entorno da escola, limitando-se ao quarteirão. O objetivo era investigar diferentes formas de ver e compreender a diversidade do ambiente imediato.
4. Espaços vazios	Nesta atividade, os estudantes fotografaram o interior de casas sem a presença de pessoas. Isso permitiu investigar a organização do espaço, símbolos e hábitos das pessoas em suas vidas cotidianas.

Fonte: Migliorin *et al.* (2014); Wanderley (2017).

Após a realização das atividades, houve um retorno à sala de aula, onde cada grupo compartilhou suas percepções e conclusões. Em resumo, essa aula utilizou o audiovisual como meio para investigar história, memória e perspectivas da comunidade dos participantes, promovendo uma compreensão mais profunda e sensível do ambiente em que vivem.

Por fim, o Módulo 3 – Conclusões das atividades propostas contou com o filme *Carta*. Para Migliorin *et al.* (2014, p. 91), “[...] ao conectar histórias, sentidos, emoções, identidades e diversidades, o filme-carta traz a possibilidade de se corresponder através do cinema”. Assim, essa exibição em sala contou com a mensagem de três moradores entrevistados no dia anterior.

As mensagens tiveram o direcionamento de enviar uma mensagem falada, em forma de carta, para os estudantes. Nesse sentido, as narrativas giraram em torno do incentivo aos estudos e das lutas para os estudantes da Escola Zumbi dos Palmares e, também, de agradecimento, pois foram eles e elas que sugeriram os nomes desses moradores como referência no assentamento.

O potencial criador das etapas promoveu o encontro de diferentes experiências estéticas e de questionamentos. Na próxima seção, relatamos essas *Vozes do assentamento*. Essas experiências possibilitaram aos estudantes vivenciar um processo autônomo de

construção do conhecimento e de desenvolvimento do pensamento crítico, desempenhando um papel significativo em sua formação.

5 VOZES DO ASSENTAMENTO

É oportuno trazer à tona as narrativas das/os assentadas/os, afirmando que, nesse processo de metodologias participativas, as sugestões de nomes dos entrevistados que se apresentam neste relato foram indicadas pelos estudantes da Escola Zumbi dos Palmares, durante as atividades na etapa *Discutindo o tema gerador*.

Também é oportuno destacar que evidenciamos os nomes dos moradores e suas histórias, assim estamos dando visibilidade às experiências e vivências únicas de cada um deles. Isso não apenas enriquece o relato com informações mais detalhadas e autênticas, mas também reconhece a importância das vozes das pessoas que vivem no assentamento.

Dessa forma, é imprescindível entender o processo de luta pela terra, o espaço territorial e a organização do assentamento onde a escola está inserida. Essa fase da pesquisa foi desenvolvida a partir de visitas *in loco* aos entrevistados, onde foi possível obter relatos referentes à história do local e ao contexto do assentamento.

Como ponto de partida, destaca-se a frase dita pela Sra. Luísa quando foi questionada sobre como conseguiu o boné e a bandeira do Movimento. Ela respondeu: "Eu ganhei na minha luta!".

Segundo Wodward (2000), a construção da identidade é simbólica e social e se expressa em seus rituais de valorização da memória. Esses valores são elaborados dentro do Movimento, nas práticas místicas, no culto aos líderes e mártires da luta, em calendários comemorativos, atos públicos, entre outros aspectos, como bandeiras, roupas, bonés, broches, fotos etc. Segundo Comilo e Brandão (2010, p. 2),

A mística no MST é um dos princípios básicos da organização e um dos pilares pedagógicos. A realização da mística alimenta, fortalece e oferece esperanças de viver e lutar por justiça, assim como dignidade e resgate de valores aos participantes do Movimento. É por meio da mística que as reflexões individuais, espirituais e comunitárias são realizadas e socializadas.

Nesse sentido, quando o Sr. Raimundo foi questionado se ele teria algum objeto, alguma roupa, algo que lembrasse aquele período de luta, ele assim respondeu: "Eu tinha camisa, tinha bandeira e eu amava muito a bandeira. Até isso meus meninos tiraram e levaram e não trazem mais. Pelo meu gosto, eu tinha a bandeira e o chapéu". Percebe-se, assim, a

mística do Movimento presente no cotidiano do assentamento: as simbologias trabalhadas na mística são representativas na construção da identidade pessoal e coletiva dos Sem Terra.

Esses elementos também são trabalhados de forma interdisciplinar nas escolas em áreas de assentamento, com o Movimento. A mística, segundo Comilo e Brandão (2010), tem por objetivo a libertação dos trabalhadores rurais, em busca do seu "pedaço de chão".

Portanto, o registro do conhecimento dos assentados pode contribuir diretamente com o sentimento de identidade dos Sem Terra. Assim, o conhecimento popular do processo de luta, no ensino formal, torna-se essencial para ampliar o conhecimento e para reconhecer essas narrativas no processo pedagógico, pois foram eles e elas que testemunharam o processo do assentamento e da construção da escola. Isso pode ser analisado a partir da fala do Sr. Raimundo:

E vocês, estudantes, eu peço que tenham esse compromisso para com o seu conhecimento e que tenham a coragem de enfrentar os grandes latifundiários para a desapropriação de suas terras e para o bem-estar da sociedade. A Reforma Agrária não é feita só para a enxada, é para muitas outras coisas, incluindo o autoconhecimento na parte técnica. Nós pedimos aos estudantes que não nos abandonem na luta, porque já estou velho e cansado, e não posso avançar mais. Espero que vocês sigam o caminho socialista de maneira justa e humana, e construam uma sociedade entre o campo e a cidade, trabalhando pelo bem comum³.

13

Ao incluir a história local e a memória no currículo escolar, a escola estará colaborando para o processo de formação dos sujeitos, enfatizando, dessa forma, o compromisso com a luta pela Reforma Agrária e com a luta por uma escola nas áreas de assentamentos. De acordo com Vantropa (2009), a consciência de que existe uma realidade diferente no campo, mas que interfere nas condições de existência, demonstra que a educação proporciona aos mais jovens uma visão mais abrangente do mundo como um todo.

Tendo como referência a fala do Sr. Raimundo, que diz o seguinte: "Reforma Agrária não é feita só para enxada, é para muitas outras coisas, incluindo o autoconhecimento na parte técnica", observa-se que, com a implementação de algumas políticas públicas, durante os governos Lula e Dilma, pôde ser ampliada a visão dos jovens diante de sua realidade, proporcionando perspectivas por meio de um conhecimento teórico vinculado à prática camponesa, de modo a começarem a questionar os limites da tradição no cultivo da terra.

Segundo Vantropa (2009, p. 22),

³ Informação fornecida pelo Sr. Raimundo em março de 2017.

Esta reflexão desenvolve a capacidade de avaliação, abrangendo desde questões relacionadas ao mercado para seus produtos até políticas agrícolas e as técnicas de cultivo desenvolvidas pelos pais. Nesse processo, os jovens do campo refletem sobre a interferência e a importância do saber científico em seu cotidiano, evidenciando que seu conhecimento prático busca fundamentos nas pesquisas mais atualizadas relacionadas ao trabalho no campo. Repensar, então, o espaço ocupado pelo trabalho é fundamental no processo.

Para Pollak (1989), a história oral traz à tona as histórias e memórias subterrâneas, valorizando as culturas minoritárias e opondo-se à história oficial. Assim, os processos de resistência são testemunhos da luta de um povo, não apenas pelo território:

Essa memória "proibida" e, portanto, "clandestina", ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa efetivamente a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretendem a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLAK, 1989, p. 3).

A memória das pessoas que participaram do processo de luta não representa apenas testemunhos de vida, mas uma forma de reconstruir sua história a partir do seu ponto de vista. Essas memórias precisam ser evidenciadas na escola como prática educativa, que resgata as experiências subterrâneas, discutidas por Pollak (1989).

Nessa linha, o Sr. Raimundo diz o seguinte: "Nós estamos aqui desde 2001, na luta pela Reforma Agrária e, nessa luta, passamos por muitos vexames e algumas dificuldades eram grandes". Nessa memória, é possível perceber os perigos e dificuldades durante o período do acampamento.

Isso é corroborado pela Sra. Luísa:

A primeira terra em que entramos foi na pressa. Com quinze dias houve um despejo, ficamos rodeados, no meio do mundo, de polícia. Depois do despejo, fomos para o tanque. Aí os capangas chegaram e espancaram as barracas, e nós íamos colocar umas macaxeiras no fogo e nós não botamos não, porque íamos apanhar. Aí vinha o caminhão e o trator para nos levar para a praça de Mogeiro. Arrumaram lugar em Gendiroba e passamos lá São João, São Pedro, encostados ao pé de pau. Houve um despejo e nós quebramos cerca, levamos tiros e viemos embora. Enfrentamos os capangas e eu trabalhando na roça⁴.

⁴ Informação fornecida pela Sra. Luiza em março de 2017.

Afirmando a fala da Sra. Luísa, Oliveira e García (2009) lembram que o município de Mari (PB) tem um grande resquício do coronelismo, por ter sua origem em grandes fazendas agropecuárias agrícolas. O município foi palco de grandes conflitos de luta pela terra⁵. As condições postas de trabalho levaram os trabalhadores a lutarem, não só pelo acesso a terra, como também pela melhoria das condições de trabalho.

No ano 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegou à cidade de Mari (PB), dando início ao processo de luta, que ocorreu na Fazenda Cafundó, e que eventualmente resultou no estabelecimento do Assentamento Rural Zumbi do Palmares. A Sra. Gesonita relata sua percepção inicial sobre esse momento: "Primeiro, eu não conhecia o MST e, às vezes, quando eu passava e via aqueles acampamentos, eu até criticava, dizendo: eu que não moro em uma barraca dessa. E nós nunca sabemos onde vai chegar"⁶. A fala da Sra. Gesonita reforça a visão que a sociedade brasileira, influenciada pela mídia, tem sobre o MST.

De acordo com Souza (2011), à medida que o Movimento Sem Terra ganha força no cenário nacional, reivindicando direitos, a grande imprensa atua de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo que dá visibilidade ao Movimento, obscurece suas reais intenções. Assim é como o MST é retratado na imprensa nacional: ora como um movimento de reivindicação, ora como "marginal", que reúne em torno de si um "bando de desordeiros".

Nesse momento, é válido observar, através da fala de um dos entrevistados, os perigos que cercavam o acampamento:

Teve uma coisa que me marcou muito. Em uma madrugada, eu estava dormindo no acampamento ainda. Meu esposo estava viajando e eu estava com meus filhos. E eu gosto muito de falar e eu vivia ouvindo as histórias que vinham uns jagunços e queimavam as barracas, estupravam as filhas dos acampados. Quando menos esperávamos, começou um carro cheio de luzes, dizendo que era a polícia, só que eram os pistoleiros. Queimaram as barracas e todo mundo correu. Peguei meus filhos e saí correndo com medo. Eu nunca tinha passado por isso, eu nunca imaginei passar por uma situação daquelas. Corri para casa de uma companheira. Ela acolheu eu e meus meninos e, no outro dia, voltamos. E não era polícia nem nada, era pistoleiro querendo acabar com as coisas da gente e foram presos.

⁵ Em 1963, as Ligas Camponesas se formaram em Mari (PB) e logo se tornaram um movimento popular camponês, com grande participação dos trabalhadores do município. As Ligas não esperavam as negociações dos poderes públicos, elas atuavam através das ocupações de terras que não cumpriam a sua função social: alimentar o homem. Dessa forma, vários foram os conflitos entre esses trabalhadores, policiais e capangas dos coronéis. Foi na cidade de Mari (PB), no ano de 1964, onde ocorreu a maior chacina de luta pela terra no país (OLIVEIRA; GARCÍA, 2009).

⁶ Informação fornecida pela Sra. Gesonita em março de 2017.

Durante o período do acampamento, os trabalhadores sofreram dois despejos antes da emissão da posse da terra. Os acampados passaram por muitas humilhações e abusos de poder por parte da polícia e dos coronéis da região. Luísa, assim como outros acampados da época, também sofreu “humilhações e sustos durante esse processo”:

Antes de trazermos “os gados”, eu já estava limpando o mato. Todo mundo perdeu o roçado e eu não perdi o meu. Quando deu fé, aquela balinha no chão. Aí, eu fui saindo de costas. A comadre disse: “Luísa vai morrer ali”. E eu: “Deus é grande e Pai”. Houve o despejo e nós fomos para a fazenda de novo e teve tiroteio de novo. Foi um tempo que essa terra saiu. Andamos tanto, minha filha, era para o litoral, era para o interior. Nós fomos tanto para o interior! Até em Sousa, eu já fui; em Brasília, eu fui duas vezes e tem outra para fazer!⁷

Nas experiências de ocupação, o espaço da luta é materializado na conquista pela terra. A terra conquistada é um espaço territorial onde os Sem Terra se organizam para que outros grupos de famílias possam participar das novas ocupações (REIS, 2008).

De acordo com Reis (2008), a luta pela conquista e a democratização da terra é um fenômeno das ocupações coletivas, buscando garantir a Reforma Agrária para o MST. Quando questionada sobre a importância do MST em sua vida, a Sra. Luísa afirmou que “[...] se não fosse o MST, eu não estaria aqui assentada. Primeiramente, Deus no céu, e o MST na terra, foram eles que ajudaram muito”. Nesse cenário, percebe-se que, apesar dos momentos difíceis, o resultado de sua luta foi positivo, como pode ser observado também na fala da Sra. Gesonita:

Graças a Deus, nós vencemos e estamos aqui. Depois, fui trabalhar na Escola, fazendo merenda, e chegou o tempo em que eu parei. Agora, estou mais velha, cansada e só cuidando dos netos. Eu acho importante o apoio do Movimento Sem Terra, que tira muitas crianças e jovens da rua. Talvez, se eu não estivesse aqui, como eu morava em Santa Rita, meus filhos não seriam o que são hoje. Só saio daqui quando morrer. Aqui é uma paz, uma tranquilidade e uma vida diferente⁸.

Dessa forma, através das ocupações, o Movimento consegue ser visto diante da consciência de que não haverá Reforma Agrária sem luta: “Incomodar para mudar”, implicando, assim, a materialização dos espaços de luta e resistência. Conforme relatado por Silva e reforçado por Reis (2008, p. 7), “Se as autoridades públicas agem de alguma forma no caminho da reforma agrária, o fazem por pressão, em razão das atividades de luta dos movimentos sociais”.

⁷ Informação fornecida pela Sra. Luiza em março de 2017.

⁸ Informação fornecida pela Sra. Gesonita em março de 2017.

Com entusiasmo, o Sr. Raimundo relata o momento atual do assentamento:

Hoje, estamos na terra! Temos laranja, banana e criamos muitas outras coisas e formamos famílias. Os meninos que chegaram hoje são casados e moram com a gente aqui no assentamento. Para começar, foram feitas 85 casas, hoje temos mais de 130 dos que se casaram. Estamos de parabéns e o nosso assentamento é muito bom e produz bem. Quando nós chegamos aqui, ninguém tinha uma bicicleta. Hoje, todo mundo tem carro, trator, casa de farinha, gado, muitas coisas. Tudo melhorou. Nós temos que agradecer a Deus e ao Movimento Sem Terra, que se somou a nós nessa luta, e hoje somos vencedores. Temos muitas coisas para serem resolvidas, mas melhorou bastante⁹.

Os educadores que não estão inseridos nesse contexto de Movimento Social precisam ser levados a compreender que, para a maioria dos estudantes, não é fácil falar nos centros de suas cidades e em outros espaços sobre o local onde moram. O preconceito com o povo Sem Terra é muitas vezes sentido como humilhação. Por outro lado, escola e educador precisam valorizar a história de resistência dessa comunidade, de modo a exercerem um papel social no sentido de conhecer esses testemunhos, pois, a partir deles, os estudantes poderão refletir sobre sua condição social e lugar na sociedade.

A reflexão em torno dos saberes da comunidade pode auxiliar os educadores a desenvolver, em parceria com os estudantes, a releitura de suas identidades e a valorizar a história local e memória, haja vista que os estudantes encontrarão sentido no que estão estudando. Assim,

Aprender para viver com os outros homens com quem o mundo é compartilhado. Aprender para apropriar-se do mundo, de uma parte desse mundo, e para participar da construção de um mundo pré-existente. Aprender em uma história que é, ao mesmo tempo, profundamente minha, no que tem de única, mas que me escapa por toda a parte. Nascer, aprender, e entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, onde se diz quem eu sou, quem é o mundo, quem são os outros (CHARLOT, 2000, p. 53).

Essa vivência também desempenhou um papel fundamental no enriquecimento acadêmico de alguns participantes envolvidos no processo de entrevistas. Tanto nas etapas das entrevistas quanto nas oficinas, contamos com a presença de estudantes dos cursos de Geografia e Pedagogia-Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esses estudantes, ao participarem, também puderam contribuir a partir da perspectiva universitária, reconhecendo que as mudanças no ambiente acadêmico são continuamente aprimoradas pela imersão dos extensionistas em comunidades de caráter popular.

⁹ Informação fornecida pelo Sr. Raimundo em março de 2017.

Nesse contexto, para além do conhecimento relacionado ao ensino da história, estabeleceu-se uma interseção com as experiências dos universitários presentes, cujos cursos desempenharam um papel crucial em todo o processo. Segundo Cruz (2011, p. 47), as experiências de extensão universitária "[...] orientadas pela Educação Popular – a Extensão Popular – vêm produzindo conhecimentos importantes para o atual momento de se repensar a Universidade, sua estruturação e seu papel social". Nas universidades brasileiras, há diversos grupos e núcleos que se dedicam a realizar saber científico fora do espaço acadêmico e, inclusive, a levar os sujeitos para dentro das universidades.

A profundidade da batalha empreendida pelo MST adquire maior amplitude quando os habitantes expressam, através de suas palavras, o entusiasmo inerente a essa empreitada. Suas perspectivas não apenas detêm relevância no âmbito histórico, mas também se estendem a esferas políticas e educacionais que abraçam a totalidade dos participantes. As narrativas desempenham um papel crucial ao proporcionar o ensino da história local por meio da resgatada memória, cuja influência é considerada um alicerce na construção da história da comunidade assentada.

O contexto tem sua origem nas vastas propriedades rurais de cunho agropecuário. O município foi o cenário de intensos conflitos na luta pelo acesso a terra. As adversas condições de trabalho instigaram os trabalhadores não somente a pleitear a posse da terra, mas também a reivindicar aprimoramentos nas condições laborais.

6 CONCLUSÃO

A partir dos apontamentos evidenciados neste estudo, as práticas educativas na Educação do Campo, centradas no trabalho com a memória e a história local, desempenham um papel fundamental na afirmação da identidade das crianças camponesas. Esta abordagem, enraizada nos princípios dos Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destaca a importância da educação como meio de empoderamento e resistência.

Os estudos revelam também que a experiência na Escola Zumbi dos Palmares, construída a partir da mobilização do MST, ilustra como a educação pode ser um meio de preservar a memória local e fortalecer a identidade dos sujeitos do campo. A conexão entre a escola e a comunidade é essencial para a construção de um ambiente educacional enraizado na realidade vivida pelas pessoas e pelas lutas que moldaram sua história.

A condução da intervenção, com a centralidade na relação entre a escola e os moradores que participaram das lutas do assentamento, demonstra o valor de trazer o conhecimento produzido localmente para a sala de aula. Através dessa abordagem, as histórias de luta, resistência e conquista são não apenas preservadas, mas também transmitidas às gerações futuras. O engajamento dos estudantes nesse processo, ao sugerirem os nomes dos entrevistados e interagirem com as narrativas, reforça a importância da educação como uma ferramenta para preservar e compartilhar a memória local.

A síntese da Sequência Didática: história local e memória do assentamento Zumbi dos Palmares, integrada ao conteúdo curricular interdisciplinar, reflete a profundidade do compromisso com uma educação que transcende os limites das disciplinas tradicionais. Organizada em módulos interligados, essa abordagem oferece uma estrutura flexível para investigar a história e a memória local, permitindo que os estudantes mergulhem nas narrativas que moldaram seu ambiente.

Entende-se que nenhuma pesquisa ligada à educação escolar pode ser dada como finalizada, pois a escola está em constante movimento. Desse modo, esta pesquisa foi apresentada na certeza de ter aberto perspectivas para a realização de outros estudos ligados ao ensino de história e memória, sob o prisma da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. S. X.; MELO, N. de. **Formação continuada de Educadores na Perspectiva da Educação Popular do Campo em assentamentos da Reforma Agrária**. Relatório Final Prolicem/UFPB. João Pessoa: UFPB, 2007.

BORDA, O. F. **Causa popular, ciência popular**: uma metodologia do conhecimento científico, através de ação. Bogotá: Rosca, 1972.

CAIMI, F. E. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? *In*: OLIVEIRA, M. M. D. (org.). **História**: ensino fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. p. 59-82.

CALDART, R S. Elementos para a construção do projeto político-pedagógico da Educação do Campo. *In*: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (org.). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. p. 10-31.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COMILO, M. E. S.; BRANDÃO, E. C. Educação do Campo: a Mística como Pedagogia dos Gestos no MST. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 3. n. 6, jan./jul. 2010. Disponível

em: http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2011/8/371_469_publi. Acesso em: 28 jul. 2023.

CRUZ, P. J. S. C. (org.). Extensão popular: a reinvenção da universidade. *In*: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011.

D'AGOSTINI, A. **A Educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

DUARTE, R. **Cinema e educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MASSETTO, M. T. **Didática**: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

NETO, M. J. F. de. Metodologias participativas em educação para os direitos humanos. *In*: ZENAIDE, M. N. T. *et al.* **Direitos humanos**: capacitação de educadores: fundamentos culturais e educacionais da educação em direitos humanos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 203-214.

MELO, V. L. B. e. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: UFPB, 2015.

MIGLIORIN, C. *et. al.* **Inventar com a diferença**: cinema e direitos humanos. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A educação no MST**: desafios e diretrizes para superá-los. São Paulo: MST, 2005.

OLIVEIRA, M. E. B. de; GARCÍA, M. F. A luta pela terra e pela educação no assentamento rural do MST Zumbi dos Palmares e no acampamento Pequena Vanessa, Mari, Paraíba. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, SP, v. 10, n. 130, jun. 2009. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 28 jul. 2023.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, C. S. A função social da propriedade rural e o acesso à terra como respeito à dignidade da pessoa humana. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, RS, v. 11, n. 53, maio 2008. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2912. Acesso em 28 jul. 2023.

SEM TERRINHA em movimento. [S. l.]: Brigada de Audiovisual do MST, 2015. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQF6a838wD0&t=18s>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SOUZA, S. M. R. de. O MST e a mídia: o fato e a notícia. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v.3, número especial, p. 01-10, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.791>. Acesso em: 28 jul. 2023.

VANTROBA, E. A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem no campo no seu ambiente**. Irati, PR: PDE, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

WANDERLEY, K. K. S. **Fazer e ensinar em história: memória e construção da educação do campo na Escola Municipal Zumbi dos Palmares**. 2017. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

WODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-71.

Recebido em: 14 ago. 2023.

Aceito em: 10 out. 2023.